



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1732865 - SP (2020/0182782-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : B & G C DE S L
AGRAVANTE : F C DE S L
AGRAVANTE : G P L
AGRAVANTE : M DE V G
AGRAVANTE : M DE Q G N
AGRAVANTE : Q & B C DE S L
AGRAVANTE : V & B C DE S L
ADVOGADOS : MÁRIO DE BARROS DUARTE GARCIA - SP058673
MARIA FERNANDA QUINTELLA BRANDÃO VILELA - AL002679B
ANDRÉ BRUNI VIEIRA ALVES - SP173586
RAFAEL NARITA DE BARROS NUNES - DF015182
THIAGO MOURA DE ALBUQUERQUE ALVES - AL006119
DANIELLE TENÓRIO TOLEDO CAVALCANTE - AL006033
JOSÉ MARQUES DE MOURA NETO - AL012231
JOSÉ JORGE ANDRADE DIAS JUNIOR - AL013681A
THAINÁ TENÓRIO TOLEDO PESSOA - AL015143
MARIA FERNANDA SOARES DE MOURA - AL015198

AGRAVADO : F A DE B B M
AGRAVADO : J E DE M
ADVOGADOS : MARIANA TAVARES ANTUNES - SP154639
MARCUS VINICIUS VITA FERREIRA - DF019214
ALEXANDRE DE MENDONÇA WALD E OUTRO(S) - SP107872A
JULIA DE BAÉRE CAVALCANTI D'ALBUQUERQUE - DF025719
NATALY KARINA ALVAREZ RIBEIRO - DF050939
LEONARDO PEREIRA SANTOS COSTA E OUTRO(S) - DF065489

DECISÃO

Cuida-se de tutela provisória proposta por M. DE V. G., M. DE Q. G. N. e OUTROS, com fulcro nos arts. 300 e ss. e 932, II, do CPC, por meio da qual a parte requerente busca medida liminar incidental ao AREsp n. 1.732.865/SP com o objetivo

de suspender os efeitos do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para impedir que os autores do processo originário possam promover, de forma definitiva ou provisória, a execução da condenação imposta no Processo Judicial n. 1068850-56.2018.8.26.0100, bem como impedir que se efetivem quaisquer atos de indisponibilidade patrimonial em relação às pessoas físicas dos requerentes desta Tutela Provisória até o julgamento final do AREsp n. 1.732.865/SP.

Alegam os requerentes que houve violação das normas do art. 601 do CPC, uma vez que os sócios remanescentes das empresas rés são parte ilegítima passiva para figurar na ação de conhecimento que visa à apuração dos haveres dos sócios retirantes das sociedades; que eventual legitimidade dos sócios remanescentes não importa em solidariedade no pagamento dos haveres, ao contrário do que ficou estabelecido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo quando do julgamento da apelação, fundamentando-se em exegese do art. 604, § 1º, do CPC, que jamais havia sido citado nos autos.

Sustentam, ainda, que a eventual desconconsideração da personalidade jurídica não foi sequer suscitada pela parte autora do processo principal, não havendo como impor de forma solidária o pagamento dos haveres atribuído às sociedades, uma vez que dotadas de personalidade jurídica própria e patrimônio distinto dos sócios, estando configurada a plausibilidade do direito invocado.

Quanto ao *periculum in mora*, a parte requerente invoca a possibilidade de constrição patrimonial inclusive por meio de bloqueio de ativos financeiros, que podem ocorrer a qualquer momento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Sabe-se que a tutela provisória possui duas espécies, a de urgência e a de evidência. A de urgência pauta-se na imprescindibilidade da prestação da tutela jurisdicional para evitar um prejuízo à parte requerente.

Na tutela de urgência, dois requisitos são necessários para sua concessão, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, os quais, nesta análise perfunctória própria das medidas liminares, tenho que estão configurados no caso em tela.

Quanto à plausibilidade do direito invocado, tenho que a melhor exegese da norma do art. 601 do CPC é aquela que a compatibiliza com o objeto e com os pedidos formulados pela parte autora entre as opções estabelecidas taxativamente pelo art. 599 do CPC.

Na hipótese presente, a ação judicial objetiva tão somente a apuração de haveres, já tendo ocorrido a dissolução parcial da sociedade de forma extrajudicial e estando demonstrado que o capital social está totalmente integralizado.

Dessa forma, deve-se atentar para as peculiaridades do caso concreto, como expressamente consignado em precedente deste tribunal (REsp n. 1.015.547/AM, relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 1º/12/2016, DJe de 14/12/2016) visando não acarretar prejuízos para as partes envolvidas na lide, ainda mais considerando a existência de patrimônio e personalidade jurídica próprios das sociedades empresariais.

Dessa forma, entendo ser necessária a prévia definição quanto à legitimidade passiva e quanto à responsabilidade subsidiária dos sócios para que haja a execução provisória ou definitiva, o que configura a plausibilidade do direito invocado nesta Tutela Provisória.

O perigo na demora da decisão de mérito, que será proferida no AREsp n. 1.732.865/SP, está configurada e justifica a atuação desta presidência em plantão judiciário diante da real e concreta possibilidade de ocorrer, a qualquer momento, o bloqueio de ativos financeiros de titularidade dos sócios pessoas físicas no valor da condenação, que são de elevada monta, antes mesmo da definição quanto à legitimidade passiva *ad causam* que é o objeto da controvérsia jurídica submetida à apreciação deste tribunal superior e que está pendente de julgamento.

Diante dos riscos de irreversibilidade dos prejuízos que podem ocorrer, como medida de cautela, a concessão de tutela provisória é providência necessária para impedir efeitos nefastos que podem advir de uma execução provisória sobre o patrimônio dos sócios remanescentes, cuja responsabilidade pela condenação ainda não está definitivamente estabelecida.

Ante o exposto, **defiro a tutela provisória** para suspender os efeitos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no Processo Judicial n. 1068850-56.2018.8.26.0100 tão somente em relação aos sócios pessoas físicas remanescentes, impedindo que os autores do processo originário possam promover, de forma definitiva ou provisória, a execução da condenação imposta e que efetivem quaisquer atos de indisponibilidade patrimonial em relação a tais pessoas físicas até o julgamento final do AREsp n. 1.732.865/SP.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente